



Foto Sergio Borges - Telefoto Estado

José Fragelli e Humberto Lucena discutem sobre a suspensão da sessão no Senado

## Pressa. E erro na redação final

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Ao elaborar a redação final do pacote econômico, a Comissão de Redação da Câmara incluiu, por engano, três artigos que haviam sido rejeitados ontem de madrugada, na tumultuada votação da matéria. O erro, na prática, modificou a decisão do plenário da Câmara sobre o pacote, e complicou ainda mais a sua votação no Senado.

“É isso o que dá fazer as votações a toque de caixa, e naquele tumulto, como aconteceu ontem” — reclamou o líder do PTB, deputado Gastone Righi, ao constatar que os artigos 94, 95, 96 e 97 do pacote, embora rejeitados, foram reincorporados no texto do projeto e aprovados na redação final que a Câmara votou ontem pela manhã. Culpando o “açodamento” de Ulysses Guimarães na votação da redação final do projeto, Righi anunciou que iria pedir hoje a anulação da redação final feita pela Câmara.

Informando-se do problema, o secretário-geral da mesa da Câmara, Paulo Affonso Martins de Oliveira, assegurou que hoje pela manhã a mesa vai enviar um ofício ao Senado fazendo as devidas correções no texto e esclarecendo que realmente ocorreu um equívoco, não havendo má fé no episódio.

O erro técnico da Comissão de Redação restabeleceu no texto do substitutivo do deputado Raimundo Asfora os artigos 94 e 95, que autorizam o ministro da Fazenda a alienar imóveis de propriedade da União, estabelecendo as condições para essa alienação. A Câmara, por unanimidade, havia rejeitado esses artigos, ao votar pedido de destaque do deputado Gastone Righi; por entender que eles dariam ao ministro da Fazenda poderes de vender, por sua iniciativa, parte do patrimônio da União.

que eles dariam ao ministro da Fazenda poderes de vender, por sua iniciativa, parte do patrimônio da União.

O outro dispositivo rejeitado no plenário e reincluído no texto do substitutivo é o artigo 97, que institui o Imposto sobre Transportes, modificando o já existente Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e Cargas. Votado separadamente, ele havia sido rejeitado.

Segundo se comentava na Câmara, havia duas soluções para consertar o erro. Se o Senado não votar o

pacote fiscal até hoje cedo, o seu texto poderá ser corrigido a partir da comunicação oficial da Mesa da Câmara. Se o pacote já estiver aprovado, restará ao presidente Sarney vetar aqueles artigos, a fim de respeitar a vontade do plenário da Câmara.

“Se nenhuma dessas alternativas der certo — ameaçou o deputado Gastone Righi —, a solução será convocar novamente a Câmara, para nova votação da redação final do pacote, ou então recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que anule a votação.”



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Ulysses foi acusado de haver “açodado” a votação